



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA  
Ano Lectivo 2019/2020

**1. Unidade Orgânica**

Faculdade de Direito (1º Ciclo)

**2. Curso**

Direito

**3. Ciclo de Estudos**

1º

**4. Unidade Curricular**

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA (02316)

**5. Área Científica**

**6. Ano curricular**

2º

**7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre**

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

#### 8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

#### 9. Créditos

6,00

#### 10. Coordenador da Área Científica

#### 11. Regente

Dr. JOSE CARLOS GARCIA DOS SANTOS

#### 12. Assistentes

#### 13. Língua de ensino

Português

#### 14. Objectivos Gerais

Ministrar aos alunos os conhecimentos necessários à:

- Compreensão das características e princípios fundamentais da função jurisdicional e da organização judiciária portuguesa.
- Compreensão dos elementos estruturantes e aspectos comuns dos diversos processos judiciais, bem como do Direito Processual (em geral).
- Compreensão dos princípios fundamentais do Direito Processual
- Estabelecer uma primeira aproximação dos alunos à "vivência", ao "quotidiano" dos Tribunais

#### 15. Objectivos Específicos

Aprendizagem:

- Dos princípios constitucionais referentes à função jurisdicional do Estado e da organização dos tribunais.
- Das características e fins dos diferentes processos judiciais, tendo como referência comparativa o direito processual civil.
- Da disciplina jurídica de alguns aspectos comuns aos diferentes processos judiciais.
- Da disciplina dos pressupostos processuais.
- Das regras de repartição do poder jurisdicional pelas diferentes categorias e espécies de



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

tribunai

#### **16. Competências a adquirir**

Aptidão para o exercício de profissões forenses

#### **17. Metodologia de ensino**

Privilgiar uma pedagogia activa procurando uma maior intervenção e empenho dos alunos no processo de aprendizagem e desenvolvimento das suas competencias. Incentivar a intervenção em debates e a investigação individual ou em grupo.

#### **18. Conteúdos Programáticos**



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### 1. Função jurisdicional

#### 1.1 Notas introdutórias. Noção.

#### 1.2 Função jurisdicional e Tribunais

#### 1.3 Composição não jurisdicional de conflitos e meios alternativos de resolução de litígios.

#### 1.4 Princípios gerais da função jurisdicional e da organização dos tribunais.

##### 1.4.1 Quanto à Organização dos Tribunais

##### 1.4.2 Quanto à função jurisdicional.

###### 1.4.2.1 Independência.

###### 1.4.2.2 Imparcialidade

###### 1.4.2.3 Irresponsabilidade

###### 1.4.2.4 Obrigatoriedade de fundamentação

###### 1.4.2.5 Obrigatoriedade das decisões. Eficácia e autoridade das decisões. O caso julgado.

###### 1.4.2.6 A publicidade das audiências.

###### 1.4.2.7 A essencialidade do patrocínio forense.

### 2. O Direito à Tutela Jurisdicional

#### 2.1 Direito de acesso aos tribunais, direito de acção e direito a uma decisão de mérito. Tutela constitucional.

#### 2.2 Acesso ao Direito e aos Tribunais. O Apoio judiciário

### 3. Profissões forenses.

#### 3.1 Magistratura Judicial e Magistratura do Ministério Público.

#### 3.2 Advocacia

#### 3.3 Solicitoria

### 4. Direito Processual

#### 4.1 O processo como instrumento da função jurisdicional

#### 4.2 Direitos processuais e Direito Processual Civil

#### 4.3 Características fundamentais

#### 4.4 Processos judiciais.

#### 4.5 Interpretação e integração das leis processuais

#### 4.6 Aplicação da lei processual no tempo

#### 4.7 Aplicação da lei processual no espaço

### 5. Direito Processual Civil

#### 5.1 Noção, características e fim. A sua importância prática e teórica

#### 5.2 Jurisdição definitiva e jurisdição provisória. Os procedimentos cautelares



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

5.3 Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa

5.4 Jurisdição permanente e jurisdição arbitral

5.5 Princípios fundamentais

5.6 Pressupostos processuais. Noções gerais

5.6.1 Noção.

5.6.2 Pressupostos processuais positivos e negativos. Confronto com figuras afins.

5.6.3 Personalidade, capacidade e legitimidade processual.

5.6.4 Interesse em agir.

5.6.5 Patrocínio judiciário.

5.6.6 Competência. Remissão

6. Organização dos Tribunais.

6.1 Competência dos Tribunais Judiciais

6.1.1 Noção. Conflitos de competência e de Jurisdição. Modalidades

6.1.2 Competência internacional.

6.1.3 Competência interna.

6.2 Tribunais não judiciais. Competência. Traços gerais.

6.2.1 Tribunal Constitucional

6.2.2 O Supremo Tribunal Administrativo  
e os demais tribunais administrativos e fiscais.

6.2.3 O Tribunal de Contas.

6.2.4 Tribunais de conflitos

6.2.5 Tribunais Marítimos.

6.2.6 Julgados de paz

6.2.7 Tribunais militares

6.2.8 Tribunais arbitrais.

### 19. Métodos de Avaliação

Serão considerados especialmente relevantes os seguintes aspectos:

- Assiduidade
- Elaboração de trabalhos escritos sobre os temas a propor no início do ano.
- Participação nos debates a realizar.
- Resultados obtidos nos testes de sub-turma

### 20. Recursos Didáticos

Power-point (organigramas - peças processuais)

Bases de Dados on line (jurisprudência)

### 21. Palavras Chave

Tribunais - Competência - Processo - Jurisdição



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### 23. Bibliografia Principal

Autor(es): António Júio Cunha  
Título: Direito Processual Civil Declarativo  
Edição: 2ª Ano: 2015  
Local: Lisboa  
Editora: Quid Juris

---

Autor(es): José Lebre de Freitas  
Título: A Acção Declarativa Comum, À luz do Código de 2013  
Edição: 4ª Edição Ano: 2013  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra editora

---

Autor(es): José Lebre de Freitas  
Título: Introdução ao Processo Civil- Conceito e Princípios Gerais  
Edição: 3º Edição Ano: 2017  
Local: Coimbra  
Editora:

---

### 24. Bibliografia Complementar

Autor(es): António Vieira Cura  
Título: Curso de organização judiciária  
Edição: 2ª Ano: 2014  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra Editora

---

Autor(es): Gomes Canotilho  
Título: Direito Constitucional e Teoria da Constituição  
Edição: 7ª Ano: 2003  
Local:  
Editora: Almedina

---



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA': Ano Lectivo 2019/2020
Autor	Dr. JOSE CARLOS GARCIA DOS SANTOS
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	16-07-2019 16:24:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2019	



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA  
Ano Lectivo 2019/2020

**1. Unidade Orgânica**

Faculdade de Direito (1º Ciclo)

**2. Curso**

Direito

**3. Ciclo de Estudos**

1º

**4. Unidade Curricular**

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA (02316)

**5. Área Científica**

**6. Ano curricular**

2º

**7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre**

1º Semestre





UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

#### 8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

#### 9. Créditos

6,00

#### 10. Coordenador da Área Científica

#### 11. Regente

Prof. Doutor LÚCIO MIGUEL TEIXEIRA CORREIA

#### 12. Assistentes

#### 13. Língua de ensino

Português

#### 14. Objectivos Gerais

Ministrar aos alunos os conhecimentos necessários à:

- Compreensão das características e princípios fundamentais da função jurisdicional e da organização judiciária portuguesa.
- Compreensão dos elementos estruturantes e aspectos comuns dos diversos processos judiciais, bem como do Direito Processual (em geral).
- Compreensão dos princípios fundamentais do Direito Processual
- Estabelecer uma primeira aproximação dos alunos à "vivência", ao "quotidiano" dos Tribunais

#### 15. Objectivos Específicos

Aprendizagem:

- Dos princípios constitucionais referentes à função jurisdicional do Estado e da organização dos tribunais.
- Das características e fins dos diferentes processos judiciais, tendo como referência comparativa o direito processual civil.
- Da disciplina jurídica de alguns aspectos comuns aos diferentes processos judiciais.
- Da disciplina dos pressupostos processuais.
- Das regras de repartição do poder jurisdicional pelas diferentes categorias e espécies de



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

tribunai

#### **16. Competências a adquirir**

Aptidão para o exercício de profissões forenses

#### **17. Metodologia de ensino**

Privilgiar uma pedagogia activa procurando uma maior intervenção e empenho dos alunos no processo de aprendizagem e desenvolvimento das suas competencias. Incentivar a intervenção em debates e a investigação individual ou em grupo.

#### **18. Conteúdos Programáticos**



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### 1. Função jurisdicional

#### 1.1 Notas introdutórias. Noção.

#### 1.2 Função jurisdicional e Tribunais

#### 1.3 Composição não jurisdicional de conflitos e meios alternativos de resolução de litígios.

#### 1.4 Princípios gerais da função jurisdicional e da organização dos tribunais.

##### 1.4.1 Quanto à Organização dos Tribunais

##### 1.4.2 Quanto à função jurisdicional.

###### 1.4.2.1 Independência.

###### 1.4.2.2 Imparcialidade

###### 1.4.2.3 Irresponsabilidade

###### 1.4.2.4 Obrigatoriedade de fundamentação

###### 1.4.2.5 Obrigatoriedade das decisões. Eficácia e autoridade das decisões. O caso julgado.

###### 1.4.2.6 A publicidade das audiências.

###### 1.4.2.7 A essencialidade do patrocínio forense.

### 2. O Direito à Tutela Jurisdicional

#### 2.1 Direito de acesso aos tribunais, direito de acção e direito a uma decisão de mérito. Tutela constitucional.

#### 2.2 Acesso ao Direito e aos Tribunais. O Apoio judiciário

### 3. Profissões forenses.

#### 3.1 Magistratura Judicial e Magistratura do Ministério Público.

#### 3.2 Advocacia

#### 3.3 Solicitoria

### 4. Direito Processual

#### 4.1 O processo como instrumento da função jurisdicional

#### 4.2 Direitos processuais e Direito Processual Civil

#### 4.3 Características fundamentais

#### 4.4 Processos judiciais.

#### 4.5 Interpretação e integração das leis processuais

#### 4.6 Aplicação da lei processual no tempo

#### 4.7 Aplicação da lei processual no espaço

### 5. Direito Processual Civil

#### 5.1 Noção, características e fim. A sua importância prática e teórica

#### 5.2 Jurisdição definitiva e jurisdição provisória. Os procedimentos cautelares



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

5.3 Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa

5.4 Jurisdição permanente e jurisdição arbitral

5.5 Princípios fundamentais

5.6 Pressupostos processuais. Noções gerais

5.6.1 Noção.

5.6.2 Pressupostos processuais positivos e negativos. Confronto com figuras afins.

5.6.3 Personalidade, capacidade e legitimidade processual.

5.6.4 Interesse em agir.

5.6.5 Patrocínio judiciário.

5.6.6 Competência. Remissão

6. Organização dos Tribunais.

6.1 Competência dos Tribunais Judiciais

6.1.1 Noção. Conflitos de competência e de Jurisdição. Modalidades

6.1.2 Competência internacional.

6.1.3 Competência interna.

6.2 Tribunais não judiciais. Competência. Traços gerais.

6.2.1 Tribunal Constitucional

6.2.2 O Supremo Tribunal Administrativo  
e os demais tribunais administrativos e fiscais.

6.2.3 O Tribunal de Contas.

6.2.4 Tribunais de conflitos

6.2.5 Tribunais Marítimos.

6.2.6 Julgados de paz

6.2.7 Tribunais militares

6.2.8 Tribunais arbitrais.

### 19. Métodos de Avaliação

Serão considerados especialmente relevantes os seguintes aspectos:

- Assiduidade
- Elaboração de trabalhos escritos sobre os temas a propor no início do ano.
- Participação nos debates a realizar.
- Resultados obtidos nos testes de sub-turma

### 20. Recursos Didáticos

Power-point (organigramas - peças processuais)

Bases de Dados on line (jurisprudência)

### 21. Palavras Chave

Tribunais - Competência - Processo - Jurisdição



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### 23. Bibliografia Principal

Autor(es): António Júio Cunha  
Título: Direito Processual Civil Declarativo  
Edição: 2ª Ano: 2015  
Local: Lisboa  
Editora: Quid Juris

---

Autor(es): José Lebre de Freitas  
Título: A Acção Declarativa Comum, À luz do Código de 2013  
Edição: 4ª Edição Ano: 2013  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra editora

---

Autor(es): José Lebre de Freitas  
Título: Introdução ao Processo Civil- Conceito e Princípios Gerais  
Edição: 3º Edição Ano: 2017  
Local: Coimbra  
Editora:

---

### 24. Bibliografia Complementar

Autor(es): António Vieira Cura  
Título: Curso de organização judiciária  
Edição: 2ª Ano: 2014  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra Editora

---

Autor(es): Gomes Canotilho  
Título: Direito Constitucional e Teoria da Constituição  
Edição: 7ª Ano: 2003  
Local:  
Editora: Almedina

---



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA': Ano Lectivo 2019/2020
Autor	Prof. Doutor LÚCIO MIGUEL TEIXEIRA CORREIA
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	03-09-2019 10:06:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2019	